



ABBI
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE BIOINovaÇÃO

NEWSLETTER **ABBI**

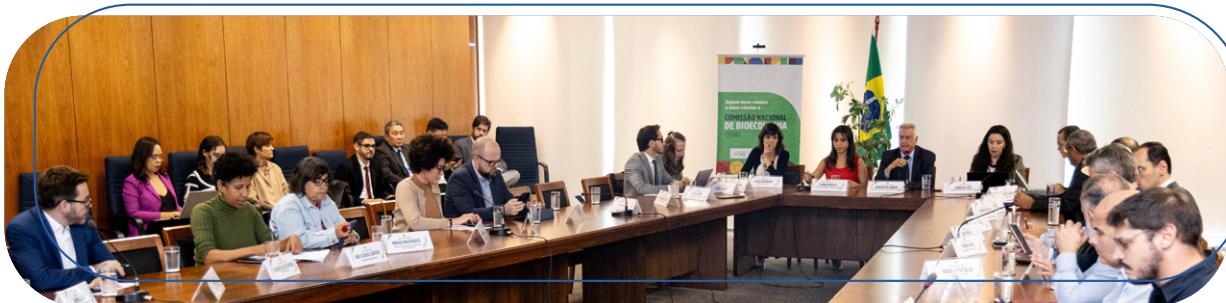
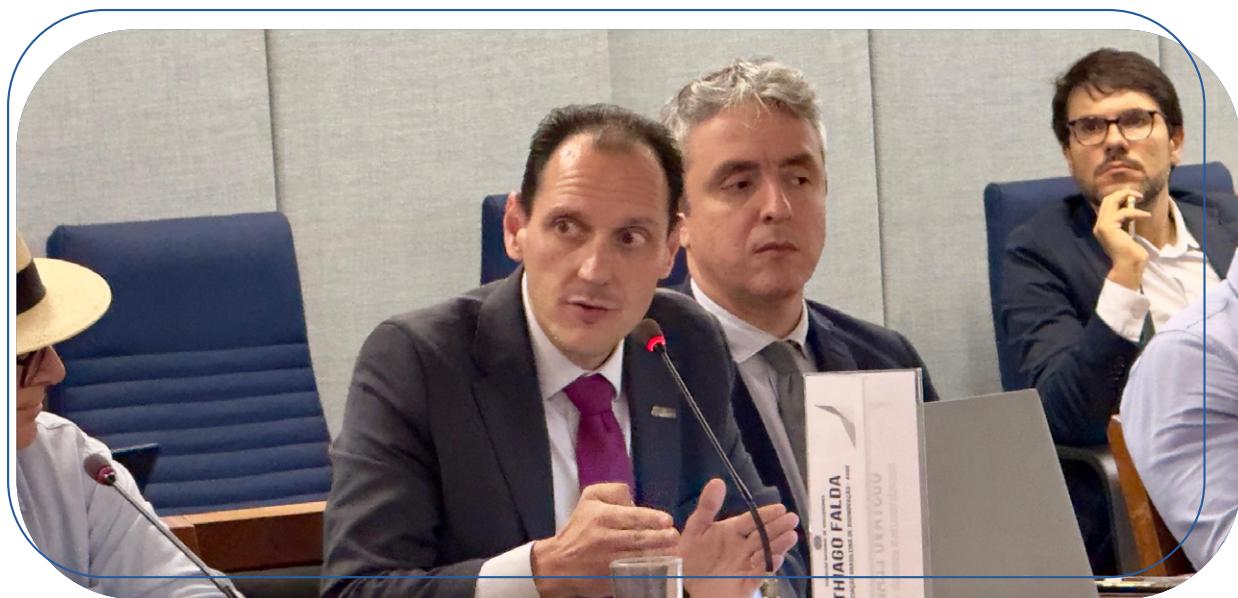
DEZEMBRO
2024

Informe da Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI) com as principais ações realizadas pela entidade no Brasil e no mundo tendo em vista o incentivo e a promoção da bioeconomia avançada e do desenvolvimento econômico sustentável.



ABBI é protagonista na construção do Plano Nacional de Bioeconomia

Entidade compõe comissão que vai elaborar o documento responsável por orientar as políticas públicas para a área no Brasil



A Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI) participou, na segunda-feira (16/12), da reunião inaugural da Comissão Nacional de Bioeconomia (CNBio). O colegiado, instituído por portaria do governo federal em novembro, tem caráter permanente e terá a responsabilidade de liderar a Estratégia Nacional de Bioeconomia, incluindo a elaboração e implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia (PNDBio).

A ABBI é uma das cinco entidades do setor empresarial, sindical e de empreen-

dedorismo nomeadas para compor o colegiado, sendo a única associação setorial a compor o órgão. A Presidência da Comissão será exercida, alternadamente, pelos Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic), Fazenda e Meio Ambiente (MMA). Com caráter consultivo e deliberativo, a comissão tem a missão de fortalecer a bioeconomia no Brasil, promovendo inovação e sustentabilidade.

A participação da ABBI reforça seu papel estratégico da entidade na colabora-

ção com o Governo Federal na construção de políticas públicas e no desenvolvimento de um ambiente favorável à bioinovação valorizando as vantagens comparativas do Brasil para um futuro mais sustentável. “A Comissão Nacional de Bioeconomia tem a oportunidade de atualizar as políticas públicas do país voltadas para a bioeconomia, colocando o país em igualdade com as principais potências do mundo, que já possem estratégias definidas para a área, possibilitando ao Brasil ocupar um papel de liderança nessa revolução tecnológica”, explica Thiago Falda, presidente-executivo da ABBI.

Atualmente, as maiores economias do planeta já possuem suas estratégias de bioeconomia, com políticas bem definidas. Para a ABBI, é essencial que o Brasil aprove um plano com prioridades e políticas adaptadas à realidade brasileira. Para isso, o Plano Nacional tem de observar a necessidade de se diversificar os setores contemplados; aperfeiçoar o arcabouço regulatório; criar um banco de dados robusto para a bioeconomia; estabelecer metas objetivas para redução nas emissões de gases de efeito estufa; gerar condições para

o desenvolvimento e aproveitamento de biomassa para a produção de produtos de maior valor agregado; focar na segurança alimentar; e, principalmente, instituir um programa consistente de incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento.

A primeira reunião do colegiado foi conduzida pelos Secretários Rodrigo Rollemberg e Carina Pimenta, foi dedicada à apresentação de seus integrantes, cronograma ações e perspectivas para o próximo ano. A ABBI destacou o momento histórico que a Comissão está criando para a bioeconomia brasileira. Ressaltou que a implementação do Plano Nacional de Bioeconomia é crucial para o país, e que a expectativa é, entre outros pontos, de construção de um ambiente regulatório favorável, que incentive a pesquisa e o desenvolvimento e promova a formação de mão de obra qualificada.

Além de contribuir para a redução das emissões de gases de efeito estufa e o cumprimento dos compromissos climáticos, o plano tem o potencial de impulsivar a inovação, gerar empregos e fomentar o crescimento econômico sustentável.



ABBI propõe ao G20 iniciativas para impulsionar bioproductos



Entidade colaborou com a elaboração dos “10 princípios de Alto Nível sobre Bioeconomia” e participou do grupo de trabalho sobre transição energética

A Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI) participou dos debates envolvendo bioinovação no âmbito do G20 em duas arenas: a Iniciativa em Bioeconomia e o Grupo de Trabalho sobre Transição Energética. A entidade participou das reuniões preparatórias que resultaram no documento “10 princípios de Alto Nível sobre Bioeconomia”. A ABBI também participou dos quatro dias de reuniões do GT em Foz do Iguaçu (PR), em outubro.

Nas reuniões da Iniciativa, o presidente-executivo, Thiago Falda, destacou as propostas da entidade para superar os principais desafios que hoje impedem o avanço da bioeconomia no país, um setor com potencial para evitar a emissão de 29 gigatoneladas de CO₂ na atmosfera até 2050. Essas propostas (veja quadro) englobam a abordagem de questões como barreiras não tarifárias, expansão do mercado de produtos da bioeconomia, investimentos em P&D e capacitação da mão de obra para atender à crescente demanda do setor.

Já no encontro de Foz do Iguaçu, a entidade fez uma apresentação durante o painel “G20 Special Session on Sustainable Fuels, Chemicals and Materials”. Durante a sessão, Falda defendeu a adoção de iniciativas con-

“A transição para uma economia de baixo carbono é uma oportunidade que deve ser abraçada com pragmatismo e ação coordenada, especialmente pelos líderes empresariais e governamentais reunidos aqui”

THIAGO FALDA
PRESIDENTE EXECUTIVO DA ABBI



cretas para impulsionar a produção sustentável de produtos químicos e materiais nos países do G20. O gerente de Descarbonização da ABBI, Tiago Giuliani, também participou das atividades, que ocorreram na primeira semana de outubro.

Falda destacou os resultados de estudos da ABBI, que indicam o potencial da bioinovação no Brasil para, até 2050, restaurar 117 milhões de hectares de pastagens degradadas, aumentar em 18 vezes a produção de biocombustíveis e dobrar a participação do Brasil na produção global de químicos. Isso poderia gerar uma receita anual de quase US\$ 600 bilhões, equivalente a mais de 30% do PIB brasileiro.

“A transição para uma economia de baixo carbono é uma oportunidade que deve ser abraçada com pragmatismo e ação coordenada, especialmente pelos líderes empresariais e governamentais reunidos aqui”, ressaltou Falda, sobre a importância de um esforço conjunto para acelerar essa transformação.

Durante o encontro, ministros das maiores economias do mundo debateram alternativas para uma transição energética justa e sustentável. Os principais objetivos são os de impulsionar financiamento para transição, incorporar dimensão social e impulsionar os combustíveis sustentáveis.

Biocombustíveis

No fim de agosto, a ABBI já havia participado do evento “Diálogo G20 – Transições Energéticas”, realizado em Brasília. O evento, aberto pelo Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, abordou o fortalecimento da indústria verde como um caminho para o desenvolvimento sustentável e a geração de emprego e renda no Brasil.

“É fundamental que os países do G20 tenham um plano de ação efetivo para a produção e consumo no mundo, para que possamos expandir em três vezes o consumo de energia renovável, conforme projetado pela Agência Internacional de Energia para 2030”, destacou Giuliani, na ocasião.

“É fundamental que os países do G20 tenham um plano de ação efetivo para a produção e consumo no mundo, para que possamos expandir em três vezes o consumo de energia renovável, conforme projetado pela Agência Internacional de Energia para 2030”.

TIAGO GIULIANI

GERENTE DE SUSTENTABILIDADE, DESCARBONIZAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS DA ABBI

Quatro propostas da ABBI para o G20:

COMBATE ÀS BARREIRAS TARIFÁRIAS E NÃO TARIFÁRIAS

- Padronização dos critérios de sustentabilidade negociados entre os países
- Eliminação das barreiras tarifárias e não tarifárias para produtos biológicos e renováveis, com comprovados benefícios ambientais e sociais
- Combate a disseminação de falsas informações, por meio de plataforma global de informações e geração de novo conhecimento

AMPLIAÇÃO DO MERCADO

- Benefícios tributários
- Compras públicas preferenciais
- Direcionamento dos recursos para fomento
- Harmonização regulatória
- Taxonomia sustentável

AMPLIAÇÃO DOS RECURSOS EM PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

- Banco de dados da biodiversidade
- Ampliação dos recursos para tecnologias de baixo TRL
- Melhoria do ambiente de inovação tecnológica
- Criação de programas públicos de inovação, focados nas potencialidades nacionais e estratégia nacional de desenvolvimento

CAPACITAÇÃO

- Facilitação do intercâmbio de educadores e estudantes entre as nações do G20
- Desenvolvimento de currículo integrado e qualificação para educadores
- Promoção de atividades práticas e de incentivo à educação científica
- Parceria entre instituições educacionais e a indústria
- Incorporação do conteúdo em programas de graduação e pós-graduação

COP 29: atuação da ABBI reúne sugestões e debates

Entidade participou do evento, no Azerbaijão, entregou sugestões ao governo brasileiro e abordou os desafios para a expansão da bioeconomia global



A ABBI encaminhou ao Itamaraty sugestões a serem adotadas pelos países ao longo da COP29. Entre os pontos está o estímulo ao consumo de bioproductos, por meio da redução das barreiras tarifárias e não tarifárias para o estímulo a compras públicas preferenciais, como estratégias de mitigação.

A ABBI destacou, no documento, que os biocombustíveis, bioquímicos, bioinsulmos, proteínas alternativas e outros biomateriais, trazem reduções significativas que podem atender as metas previstas para 2030 e as novas NDCs que serão anunciamdas pelos países até a COP30 no Brasil, e a necessidade de preservação dos recursos naturais. Por fim, a entidade sugeriu que

indicadores sociais sejam utilizados na seleção de projetos de mitigação inscritos para receberem financiamento climático.

Confira as sugestões de agenda entregues pela ABBI:

<https://abbi.org.br/wp-content/uploads/2024/11/Posicionamento-ABBI-COP29.pdf>



Bioeconomia e mudanças climáticas

O presidente-executivo da Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI), Thiago Falda, participou do painel "What Role for Trade?", promovido pela Trade Investment House, durante a COP29, no Azerbaijão. O evento abordou os desafios para a expansão da bioeconomia global, cuja projeção de crescimento é estimada de US\$ 4 trilhões para US\$ 30 trilhões nas próximas duas décadas.

O painel reuniu importantes lideranças globais, como o embaixador de clima da Nova Zelândia, Stuart Horne; a diretora global de Comércio da IFF – associada ABBI, Mayra Souza e a oficial de Recursos Naturais da FAO, Liva Kaugure. Os debates giraram em torno de governança internacional, padrões regulatórios e estratégias para fortalecer a confiança nas inovações biológicas, ressaltando o papel estratégico do comércio no avanço de soluções sustentáveis.

Dentre os tópicos abordados no encontro estavam como a bioeconomia pode proteger a biodiversidade, aumentar a sustentabilidade ambiental e apoiar o crescimento em uma economia circular e inclusiva; quais políticas e estruturas regulatórias são necessárias para facilitar o comércio global de produtos de base biológica; como promover o engajamento social e a confiança em inovações de base biológica; como as organizações internacionais podem apoiar ações coletivas para promover condições de igualdade e promover o comércio justo, e o que se pode esperar da bioeconomia na COP30 no Brasil.

Durante a sessão, Falda defendeu a remoção de barreiras não tarifárias que dificultam a comercialização de produtos da bioeconomia. Ele reforçou a importância de expansão do mercado para atrair investimentos em pesquisa e desenvolvimento de bioinovação, além de acelerar a transição para uma economia de baixa emissão de carbono, sustentada pelo uso responsável de recursos biológicos.



COP 16: Diretrizes para acordos sobre o Marco da Biodiversidade e Mecanismo Multilateral Global

Delegação da ABBI na conferência defende prioridade à economia circular e à bioinovação, e metas objetivas de estímulo da bioeconomia



A Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI) participou da Conferência das Nações Unidas da Biodiversidade (COP 16), que aconteceu em Cali, na Colômbia, entre 21 de outubro e 1º de novembro. A entidade publicou os posicionamentos para os três principais temas em discussão: o Marco Global de Biodiversidade Pós-2020 da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), o Mecanismo Multilateral Global (MMG) para a repartição dos benefícios e o Protocolo de Nagoia. A delegação da entidade na Conferência contou com 10 representantes, incluindo colaboradores e empresas associadas. A entidade também atuará na segunda parte da conferência, em fevereiro, em Roma, na Itália.

A Conferência teve como resultados positivos, avanços sobre o uso de Sequências Genéticas Digitais (DSI), Organismos

Geneticamente Modificados (OGMs), biologia sintética e o fortalecimento dos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais, entre outros. Em relação ao Marco Global da Biodiversidade, as principais discussões não avançaram e terão de ser retomadas em Roma, especialmente sobre o monitoramento das metas e no tocante ao financiamento para conservação da biodiversidade.

Para a ABBI, o Marco precisa considerar a importância da biotecnologia, bioinovação, bioeconomia e economia circular para alcançar as metas de biodiversidade e o desenvolvimento sustentável até 2050. Além desta defesa, a entidade aponta, ainda, os principais indicadores (metas objetivas), para valorização da bioinovação e estímulo à bioeconomia avançada.

“Tão importante quanto reconhecer a relevância da bioeconomia, biotecnologia e bioinovação, é incluir indicadores objetivos e realistas que avaliem se as medidas de estímulo à bioeconomia estão de fato sendo efetivas. Ainda que “bioeconomia” não seja citada explicitamente, ainda é possível que o indicador usado para avaliar se o objetivo está sendo cumprido envolva recursos biotecnológicos ou da bioinovação”, explica Luiza Ribeiro, assessora jurídica da ABBI.

Mecanismo Multilateral Global

O segundo posicionamento publicado pela ABBI diz respeito à construção do MGM. A entidade ressaltou a necessidade de que premissas fossem consideradas no acordo sobre o mecanismo - que não foi equacionado na COP 16 e seguirá alvo de negociações em futuras conferências. Esses pontos devem ser observados com o intuito de evitar que o dispositivo se torne ineficaz, inviável e oneroso – elementar evitar a criação de barreiras para a pesquisa e inovação relacionadas ao uso de Sequências Genéticas Digitais (DSI).

Caso as tratativas se concretizem em um mecanismo multilateral, essas premissas incluem a inviabilidade de se determinar a rastreabilidade da origem da sequência digital pelo usuário de DSI; o reconhecimento do conhecimento tradicional eventualmente associado aos recursos genéticos, cuja utili-

zação deve ser recompensada por meio de alocação direta de recursos do fundo internacional para os países destinatários.

Também entende que, neste modelo, a utilização de sequência digital requer entendimento ajustado à realidade dinâmica da DSI, para o consentimento prévio previsto no Protocolo de Nagoia. E, principalmente, na hipótese da criação do MLM o pagamento deverá ser único na cadeia, e não deve implicar em bis in idem regulatório em decorrência da utilização de DSI (não havendo sistemas bilaterais simultâneos).

A Conferência trouxe avanços estratégicos e relevantes envolvendo a repartição de benefícios para exploração comercial de informações de sequências genéticas digitais - DSI). Ficou definido que empresas em setores que, direta ou indiretamente se beneficiam do uso de DSIs em suas atividades comerciais e que atendam a dois dos três critérios - vendas de maiores que US\$ 50 milhões, lucros maiores que US\$ 5 milhões e US\$ 20 milhões em ativos totais - deverão contribuir com 1% dos lucros ou 0,1% de sua receita para um fundo global.

Além disso, os usuários de informações de sequência digital sobre recursos genéticos deverão repartir benefícios não monetários de forma complementar (via ABS Clearing-House). A Conferência também teve como resultados positivos, avanços sobre melhores práticas em biossegurança biologia sintética e o fortalecimento dos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais.

Conheça o posicionamento da ABBI sobre o Marco Global de Biodiversidade e o Mecanismo Multilateral Global:

<https://abbi.org.br/noticias/abbi-publica-diretrizes-para-acordos-da-cop-16-no-ambito-do-marco-global-de-biodiversidade-e-do-mecanismo-multilateral-global/>



Demanda histórica da bioeconomia, Mercado Regulado de Carbono é sancionado

Emenda sugerida da ABBI é incorporada à legislação pelo Congresso e prevê a destinação de 75% das receitas do sistema para ações de descarbonização



O Mercado Regulado de Carbono foi sancionado pela Presidência da República, em 12 de dezembro, depois de anos de tramitação e debates no Congresso Nacional. A Lei 15.042 estipula as metas de redução das emissões e a possibilidade de comercializar os ativos desse novo mercado.

O Sistema Brasileiro de Comercio de Emissões (SBCE) traz a oportunidade para as empresas investirem em bioinovação em seus processos produtivos, desde a substituição de seus insumos até a mudança completa de seus sistemas produtivos. Outra importante medida presente no texto é o fomento à inovação tecnológica para o desenvolvimento de tecnologias de baixo carbono direcionadas aos setores regula-

A gerente de Relações Governamentais e Comunicação da ABBI, Taís Mendes; e Natália Gomes, Relações Governamentais da Raízen, associada da ABBI, acompanharam a votação pessoalmente no plenário da Câmara.

dos, por meio dos recursos arrecadados no próprio sistema.

A ABBI foi uma das associações mais atuantes na construção e aprovação do Mercado Regulado de Carbono, tendo 100% dos pleitos das associadas incorporadas no texto final, incluindo:

(i) destinação das receitas advindas do mercado regulado para o desenvolvimento e adoção de tecnologias descarbonizantes

(ii) tributação adequada ao mecanismo de precificação de carbono instituído pelo PL
(iii) garantia de não sobreposição de regulações e livre garantia da participação dos setores regulados na Governança do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE).

A ABBI acompanhou de perto as discussões em torno da matéria, tendo contribuído com uma série de sugestões de emendas. Todos os operadores responsáveis pelas instalações e fontes que emitam acima de 10 mil toneladas/ano de dióxido de carbono equivalente estarão regulados por essa lei, sendo que os que emitem acima de 25 mil toneladas/ano estarão sujeitos a limitar suas emissões, ou compensá-las.

O presidente da Frente Parlamentar Mista pela Inovação na Bioeconomia e relator da matéria, deputado Aliel Machado (PV-PR), afirmou que a lei representa um marco crucial na trajetória brasileira em direção à sustentabilidade e ao combate às mudanças do clima. “Temos a oportunidade de unir as duas principais agendas do País em uma só: a discussão econômica e a agenda ambiental.”

O tema vem sendo discutido na ABBI desde 2020, o que permitiu à associação atuar desde o início das discussões no Congresso Nacional com propostas consistentes. No último ano, a ABBI fez um trabalho intenso de advocacy, onde se manifestou diversas vezes aos Congresso Nacional em defesa da Projeto de Lei por se tratar de um marco histórico que reforça a posição do Brasil na liderança da descarbonização global. “Esse passo decisivo representa uma grande conquista para o desenvolvimento econômico sustentável e a inovação, alinhando o Brasil aos compromissos do Acordo de Paris e destacando o país no cenário internacional em direção à COP 30, que ocorrerá em Belém (PA) no próximo ano” - indicou a associação em uma das notas.

“Temos a oportunidade de unir as duas principais agendas do País em uma só: a discussão econômica e a agenda ambiental”.

ALIEL MACHADO

PRESIDENTE DA FRENTE PARLAMENTAR MISTA PELA INOVAÇÃO NA BIOECONOMIA

Sanção da Lei do Combustível do Futuro é vitória para a bioeconomia



Lei histórica para o setor incentiva a produção e o uso de combustíveis sustentáveis e deve impulsionar matriz energética limpa

Após participar ativamente da construção do projeto, a Associação Brasileira de Bioinovação esteve presente na cerimônia de sanção da Lei Combustível do Futuro, na Base Aérea de Brasília, em outubro. Autoridades federais, representantes dos setores industrial e agrícola e do meio político reuniram-se durante a Liderança Verde Brasil Expo para celebrar a nova lei que incentiva a produção e o uso de combustíveis sustentáveis para uma mobilidade de baixo carbono.

O projeto de lei é de autoria do Executivo e contou com a colaboração da ABBI em sua construção e negociação. Entre outros pontos, a lei estabelece programas nacionais de diesel verde, de combustível sustentável para aviação e de biometano. Também aumenta a mistura de etanol à gasolina e de biodiesel ao diesel. Na prática, o principal avanço da Lei Combustível do Futuro é econômico, já que as mudanças devem gerar mais de R\$ 260 bilhões de investimentos no agro e na cadeia dos bio-

combustíveis. Entre as empresas que assinaram acordo de investimentos no setor, está a Raízen, associada da ABBI. A compa-

“É um longo caminho para tornar a matriz energética do Brasil ainda mais sustentável e com os bio-combustíveis com papel ainda mais relevante”

THIAGO FALDA
PRESIDENTE EXECUTIVO DA ABBI

nhia investirá R\$ 11,5 bilhões na implantação de nove plantas de etanol de segunda geração (E2G).

O relator do projeto Combustível do Futuro na Câmara, deputado federal Arnaldo Jardim (CID-SP), agradeceu a participação da ABBI e celebrou o resultado das discussões. "Nesse setor de biocombustíveis o Brasil já dá muitas lições, cria referência para todo mundo. Agora que esse setor vai crescer mais e ter previsibilidade, tenho certeza de que o papel da inovação será ainda mais acentuado", projetou.

"Tivemos a honra de participar da concepção deste projeto que traz diretrizes fundamentais para os programas nacionais do diesel verde, do combustível sustentável para aviação e o biometano, o que com certeza impulsionará uma transição segura para os combustíveis mais limpos"

WILLIAM YASSUMOTO,

PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR DA ABBI E PRESIDENTE REGIONAL DA NOVONESIS PARA A AMÉRICA LATINA

Hidrogênio de baixa emissão de carbono

A ABBI participou da construção do projeto de lei no âmbito do Congresso Nacional, sugerindo alterações e aperfeiçoamentos, alguns deles inseridos na proposta.. A lei prevê incentivos fiscais, como o Regime Especial de Incentivos para Produção de Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (Rehidro), que desonera impostos para produtores de hidrogênio.

A lei também cria o Sistema Brasileiro de Certificação de Hidrogênio (SBCH2), que certificará voluntariamente o hidrogênio produzido no Brasil com base na intensidade de suas emissões. O governo brasileiro espera que a nova legislação atraia investimentos de cerca de R\$ 200 bilhões em projetos de hidrogênio verde no país.



Defesa do Marco Regulatório dos Bioinsumos

Entidade assina documento conjunto pela aprovação, no Congresso Nacional, de projeto de lei que traz estímulo ao desenvolvimento e adoção de bioprodutos



Aprovado pelo Congresso Nacional em dezembro, o projeto de lei que institui o Marco Legal dos Bioinsumos teve participação direta da ABBI. A entidade defendeu junto aos parlamentares a importância de se aperfeiçoar o arcabouço legislativo sobre os bioprodutos e chegou a assinar nota conjunta em apoio à aprovação da proposta, entre outras ações. O documento foi entregue ao presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), Pedro Lupion (PP-PR), bem como aos líderes partidários.

Finalizada a votação nas duas Casas, a matéria deve ser sancionada pelo presidente da República ainda em 2024. Os bioin-

sumos são qualquer produto, processo ou tecnologia de origem biológica — animal, vegetal ou microbiana — para uso na produção, no armazenamento ou no beneficiamento em sistemas agrícolas, pecuários, florestais e aquáticos. Essa utilização inclui fertilizantes, defensivos para controle de pragas, entre outros.

“O Marco Legal trará mais estímulo ao desenvolvimento e adoção desses produtos e permitirá ao país reduzir a atual dependência internacional por matérias primas importadas e de origem fóssil, diversificando as práticas agrícolas e contribuindo para a redução das emissões de CO2”, explica Thiago Falda.

CONFIRA A NOTA conjunta em apoio ao Marco Regulatório dos Bioinsumos”

<https://abbi.org.br/noticias/entidades-propoem-texto-para-o-marco-regulatorio-dos-bioinsumos/>



Economia e sustentabilidade no uso de bioinsumos em gramíneas

Estudo do Mapa executado por ABBI e SENAI aponta que o uso de bioproductos alternativos aos fertilizantes químicos pode gerar economia de US\$ 5,1 bilhão

Um estudo elaborado pela ABBI em conjunto com o Instituto Senai de Inovação em Biossintéticos e Fibras (SENAI CETIQT) sobre o uso de bioinsumos como alternativas a fertilizantes químicos em gramíneas foi lançado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) em setembro. No evento, as entidades destacaram o impacto positivo que a mudança pode trazer ao país ambiental e economicamente.

A pesquisa foi feita por meio de uma análise do mercado brasileiro, revisão de artigos científicos publicados por grupos de pesquisas nacionais, levantamento de patentes depositadas no país e entrevistas com produtores rurais e representantes da indústria. Os dados apontam a possibilidade de reduzir até 18,5 milhões de toneladas de emissões de CO₂ equivalente caso seja implementada a substituição de fertilizantes nitrogenados por bioinsumos. Além disso, há a perspectiva de gerar economia de até US\$ 5,1 bilhões para o Brasil, já que a importação de fertilizantes gera um alto custo na produção de gramíneas.

O diretor de Assuntos Regulatórios e Científicos da ABBI, Marcos Pupin, destacou a relevância do estudo para toda a cadeia agrícola brasileira. "Até o momento, não tínhamos esses dados consolidados, então essas informações podem impactar todo o processo de bioinovação para o Brasil, já que, ao reduzirmos a importação de fertilizantes do exterior, haverá o estímulo ao desenvolvimento dessas tecnologias no país", pontuou.

O representante do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA Brasil), Gabriel Delgado, ressaltou as vanta-

gens que o Brasil pode adquirir ao tornar-se independente de outros países no setor. "Acho que nós não temos que terceirizar a outros países o cuidado do nosso ambiente, isso é muito perigoso. Além disso, com essa inovação, o Brasil pode ser um guia para outras nações da América latina e da África sobre o desenvolvimento atrelado à sustentabilidade", disse.

Na apresentação dos dados do estudo, a pesquisadora Luana Nascimento, do Instituto SENAI de Inovação em Biossintéticos e Fibras, chamou a atenção para as potencialidades que os próprios entrevistados identificaram sobre o uso de bioinsumos no lugar de fertilizantes: "A maioria considerou positivo um maior rendimento e qualidade da lavoura, seguido da preocupação ambiental e de uma maior aceitação dos produtos pelos consumidores".

A coordenadora geral de Bioeconomia e Recursos Genéticos do MAPA, Valéria Martins, celebrou a parceria entre MAPA, IICA ABBI e Senai para a pesquisa. "O resultado foi fantástico de vários ângulos e seguimos juntos, pois agora que começa o trabalho, já temos os subsídios e vamos trabalhar para implementar as estratégias propostas pelo estudo para alcançar os cenários previstos".

Acesse a íntegra do estudo em:

<https://abbi.org.br/wp-content/uploads/2024/10/Estudo-de-Impacto-da-Bioeconomia-ABBI-8.pdf>





NOTA Estudo repercute na mídia

A ABBI foi citada em reportagem do jornal Valor Econômico / Globo Rural como uma das realizadoras do estudo estratégico “Bioinsumos como alternativa a fertilizantes químicos em gramíneas: uma análise sobre os aspectos de inovação do setor”. O estudo também foi publicado por veículos como Estadão, Agência Brasil, Canal Rural e Band.

Confira a reportagem do Canal Rural sobre o estudo :

<https://www.youtube.com/watch?v=BRui-qUiHROo>



Programa de transição energética é aprovado pelo Senado

Projeto recebeu sugestões da ABBI para reduzir emissões de CO₂ a partir de investimentos em pesquisa e desenvolvimento de bioproductos

O Senado Federal aprovou, em dezembro, o projeto de lei que institui o Programa de Aceleração da Transição Energética (Paten), para incentivar propostas de substituição de matrizes energéticas poluentes por fontes de energia renovável (PL 327/2021). A ABBI participou das discussões acerca da proposta e integrou audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) do Senado sobre o tema, em setembro.

As empresas que ingressarem no programa poderão receber recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC) e negociar dívidas com a União por meio de transação condicionada ao investimento em desenvolvimento sustentável. A proposta terá de voltar para reanálise da Câmara dos Deputados.

São elegíveis para o Paten propostas de obras de infraestrutura, expansão ou implantação de parques de produção energética de matriz sustentável e de pesquisa e desenvolvimento tecnológico que proporcionem benefícios socioambientais ou mitiguem impactos ao meio ambiente.

Durante a audiência pública na CI, o presidente-executivo Thiago Falda fez um

panorama inicial da bioeconomia no Brasil. "Dos 17 megadiversos, apenas dois estão entre os 10 mais inovadores. O Brasil é o 49º país mais inovador do mundo. Se nós queremos inovação em biocombustíveis, inovação em bioeconomia, precisamos viabilizar essa inovação. Um dos principais entraves para o desenvolvimento da bioinovação é a garantia para o desenvolvimento dessas tecnologias", introduziu Falda.

O presidente-executivo também destacou a importância de os créditos escriturais serem considerados no Fundo Verde, no Programa de Transição Energética (Paten). "Quando a empresa faz o pedido de restituição de créditos escriturais, ele pode demorar até 5 anos para ser homologado pela Receita Federal. Da forma como está o projeto hoje, essa demora de cinco anos pode impactar severamente os cronogramas de expansão das fontes renováveis, tanto para atender a demanda mundial como nacional. Considerar os créditos estruturais, para o Fundo Verde, é atender os princípios da lei e disponibilizar bilhões de reais para financiar a transição energética", destacou Falda.

ABBI e a Conexão SAF

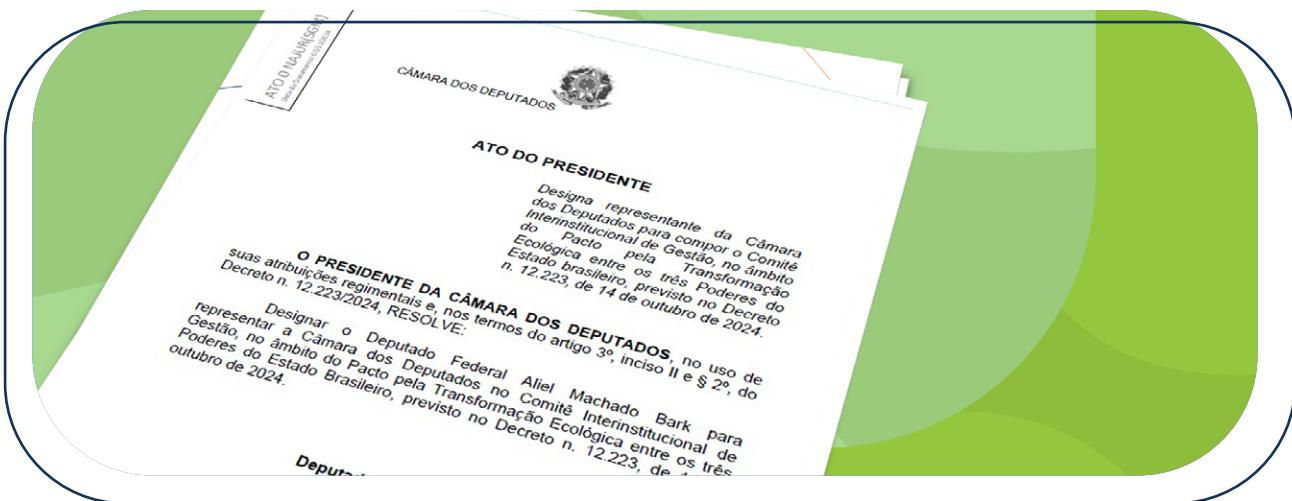
A ABBI agora é membro da Conexão SAF, fórum que reúne representantes dos setores público e privado para promover a descarbonização da aviação no Brasil por meio de Combustíveis Sustentáveis de Aviação (SAF, na sigla em inglês). Com atuação consolidada no setor de biocombustíveis, a ABBI reforça o compromisso com a inovação e a sustentabilidade, contribuindo para o desenvolvimento de alternativas mais limpas aos combustíveis fósseis.

Assista à fala de Thiago Falda em audiência pública realizada no Senado:

<https://www.youtube.com/live/3gsA8IBUofk?si=8vK6W9vzcBGSIP-1q&t=1327>



Frente da Bioeconomia é designada para o Pacto de Transformação Ecológica



Presidente do colegiado, deputado Aiel Machado integrará o Comitê Interinstitucional de Gestão, com apoio da ABBI

O presidente da Frente Parlamentar Mista da Bioeconomia, deputado federal Aiel Machado (PV-PR), foi designado pela Câmara dos Deputados para compor o Comitê Interinstitucional de Gestão, no âmbito do Pacto pela Transformação Ecológica entre os Três Poderes do Estado Brasileiro. O ato foi assinado pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), e publicado em edição extra do Diário da Câmara de sexta-feira (1º/11).

A nomeação é um reconhecimento pelo trabalho da frente em prol da utilização de recursos biológicos, descarbonização da produção e aperfeiçoamento da matriz energética brasileira. O Comitê foi criado pelo governo federal com o objetivo de coordenar a execução do Pacto pela Transformação Ecológica. O colegiado será composto por até quatro integrantes de cada Poder, sendo dois deputados e dois senadores, no caso do Legislativo.

Entre as competências do colegiado, estão definir as diretrizes estratégicas e as prioridades para a implementação dos compromissos e das matérias prioritárias

previstos no Pacto pela Transformação Ecológica; coordenar a articulação entre os Poderes e outras esferas de governo para a execução do pacto; e promover ajustes nas diretrizes estratégicas, nas ações e nas medidas estabelecidas.

ABBI escolhida para o GIPI

A Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI) foi habilitada para integrar o Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual (GIPI) no mandato 2024-2026, consolidando sua presença em debates estratégicos sobre inovação no Brasil. Ligado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), o GIPI é um fórum que reúne governo e sociedade civil. Ele tem como objetivos coordenar a atuação do governo federal no tema de propriedade intelectual e a implementação da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual (ENPI).

O GIPI conta com 13 ministérios como membros fixos, com direito a voto. Além deles, representantes da sociedade civil participam em mandatos bianuais. A ABBI terá assento no grupo em 2025-2026.

ABBI indicada para o Comitê Consultivo do Selo Verde

Entidade é a única associação a compor o colegiado, responsável pela coordenação do programa que pretende alavancar produtos e métodos sustentáveis



Os setores público e privado se reuniram na primeira reunião do Conselho Gestor e Consultivo do Selo Verde Brasil, com objetivo de apresentar o programa, as regras gerais de desenvolvimento dos trabalhos e definir os próximos passos. A ABBI é a única associação na composição do comitê consultivo, responsável pela proposição de produtos e critérios, prioridades, ações adicionais, melhorias metodológicas, e acompanhar os resultados do programa.

O Selo Verde Brasil certificará produtos e serviços que comprovem a sustentabilidade em seus processos, sob critérios que serão definidos justamente pelos comitês gestor e consultivo.

O gerente de Sustentabilidade e Descarbonização da ABBI, Tiago Giuliani, participou desse primeiro encontro e explicou os próximos passos: "Vamos definir três

segmentos pilotos em que serão aplicados o Selo Verde. Com essas indicações definidas, serão construídos os primeiros projetos pilotos, em que serão criadas as metodologias setoriais e aplicados os critérios em alguns produtos".

O Programa Selo Verde Brasil foi criado pelo Decreto nº 12.063, de 17 de junho de 2024 e tem como objetivo estimular a melhoria da qualidade dos produtos e serviços brasileiros, aumentar a sustentabilidade em suas cadeias produtivas, ampliar a competitividade desses produtos no Brasil e no exterior, e auxiliar as compras públicas com produtos mais sustentáveis.

O Comitê Consultivo tem a função de fornecer orientações estratégicas ao Comitê Gestor, auxiliando na formulação de regras, definição de produtos e serviços prioritários, além de impulsionar a sustentabilidade no país.

ABBI defende voto a lei que prejudicaria o crescimento das proteínas alternativas



PL vetado pelo Governo de São Paulo pretendia proibir o uso da palavra “carne” em produtos alimentícios que não tenham origem na carne animal

A Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI) comemorou o voto integral do governador de São Paulo, Tarcísio Freitas, ao Projeto de Lei nº 304/2024, aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado (Alesp) em junho passado. A proposta, que visava proibir o uso da palavra “carne” e seus derivados em produtos alimentícios que não contivessem carne de origem animal, afetaria diretamente os alimentos plant-based. A ABBI, que teve papel fundamental na articulação e fundamentação técnica contra o PL, destacou que a medida ultrapassava as competências da Anvisa e do Ministério da Agricultura (Mapa), que já estavam con-

duzindo a regulação adequada sobre o tema, sem apresentar evidências concretas que justificassem a proibição.

Além disso, a ABBI alertou para os impactos econômicos e concorrenciais da proposta, como a criação de barreiras ao comércio interestadual, o aumento de custos para as empresas, especialmente para as menores, e a possível inibição da inovação. Com a manutenção do voto, a ABBI reafirma sua missão de garantir um ambiente regulatório mais justo e equilibrado para o setor de bioinovação no Brasil, promovendo o desenvolvimento sustentável de novos produtos sem prejudicar o consumidor ou a liberdade econômica das empresas.

ABBI também acompanha o tema nos órgãos federais

Em setembro, representantes da associação participaram, em Brasília, de audiência pública do Mapa sobre a proposta de regulamentação dos produtos plant-based, cuja denominação inicial proposta pelo ministério foi de produtos vegetais análogos a produtos de origem animal.

ABBI promove Workshop internacional sobre microrganismos saneantes

Treinamento em parceria com a Abipla apresentou à agência reguladora características e o ambiente regulatório dos microorganismos viáveis em produtos saneantes

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI) e a Associação Brasileira das Indústrias de Produtos de Higiene, Limpeza e Saneantes (ABIPLA) realizaram em agosto o Workshop Internacional sobre Microrganismos Viáveis em Produtos Saneantes. O evento reuniu especialistas do Brasil, Estados Unidos e Europa para discutir inovações e fortalecer o diálogo entre Anvisa e indústria, visando aprimorar o ambiente regulatório dos microrganismos viáveis em saneantes no Brasil.

O mercado tem o potencial de atrair investimentos para o país e muitas em-

presas aguardam uma regulamentação mais robusta para poder investir, destacou o Diretor de Assuntos Regulatórios e Científicos da ABBI, Marcos Pupin, durante o evento. De acordo com o especialista, o uso de microrganismos viáveis em saneantes ainda não é permitido para uso doméstico, gerando um gargalo para a inovação no setor. A expectativa é de que, resolvidos os entraves, essa inovação atraia investimentos significativos.

Representantes de empresas associadas da ABBI, Croda, Novonesis e Unilever, também marcaram presença, contribuindo nos painéis do evento.

Intercâmbio com governo argentino

O diretor de Assuntos Regulatórios e Científicos da ABBI, Marcos Pupin, participou de reunião com representantes do Ministério da Economia da Argentina para debater o aprimoramento do Marco Regulatório de Biossegurança no país, com foco nos microrganismos geneticamente modificados (MGMs). A ABBI, com a participação das empresas associadas, fez estudo sobre a legislação argentina, identificou pontos a serem aperfeiçoados e elaborou propostas para o país. Elas têm como objetivo eliminar gargalos regulatórios e atrair novos investimentos no setor de biotecnologia.

As sugestões foram recebidas pela equipe da Secretaria de Agricultura, Ganadería y Pesca da Argentina – equivalente a Ministério da Agricultura no país –, que indicou avanços nas regulamentações de MGMs, incluindo a

melhoria na agilidade e previsibilidade dos processos de submissão de dossiês. A expectativa é que essas mudanças favoreçam o desenvolvimento de novas tecnologias e produtos biotecnológicos no país. Participaram da reunião representantes das empresas: IFF, Andrés Triana; Leaf by Lesaffre, Delphine Skopinski; Novonesis, Ana Cláudia Peluso; além do representante do Escritório Nascimento&Mourão, João Emmanuel.



Colaboração internacional e fundo para mitigação climática

ABBI compõe conselho de fundo criado pelo governo de São Paulo e assina memorando de entendimentos com os Países Baixos

Governo de SP

Em outubro, a Associação foi designada para integrar o Conselho de orientação do novo fundo criado pelo Governo do Estado de São Paulo para financiar projeto de adaptação e mitigação climática (Finaclima-SP). O objetivo é incentivar a manutenção e a ampliação da biodiversidade e promover a participação do setor privado no financiamento de serviços ambientais e outras soluções climáticas.

O Conselho do qual a ABBI fará parte é deliberativo e vai estabelecer diretrizes, coordenar e monitorar a captação e a gestão de recursos do fundo. Entre os eixos de aplicação desses recursos, estão os Bioinsumos, Biocombustíveis e inovação tecnológica, destaca-

dos na área de atuação dos nossos associados.

O Finaclima-SP foi instituído como mecanismo de financiamento climático do Estado de São Paulo voltado à captação e gestão de recursos privados a serem utilizados em ações de mitigação de emissões de gases de efeito estufa ("GEE") e de adaptação aos impactos das mudanças climáticas.

Entre os eixos de aplicação de recursos estão, economia circular, biocombustíveis e bioinsumos, entre outros. Entre as finalidades do Fundo, estão a participação do setor privado no financiamento de serviços ambientais e de outras soluções climáticas; e o fomento à inovação e a novos negócios em matéria de sustentabilidade

Países Baixos

A ABBI ainda deu um passo importante na consolidação de parcerias internacionais ao assinar um MoU (Memorandum of Understanding – Memorando de Entendimentos) com a ChemistryNL, representando o Top Sector Chemistry dos Países Baixos. O evento, organizado pela Embaixada dos Países Baixos, ocorreu na sede da dsm-firmenich, em São Paulo.

Thiago Falda, presidente executivo da ABBI, e Jacqueline Vaessen, do Top Sector

Chemistry, assinaram o documento. Participaram da cerimônia a ministra Reinette Klever; a cônsul geral Wieneke Vullings; o cônsul de inovação Robert Thijssen; e Maurício Adade, representante da dsm-firmenich e integrante do Conselho Diretor da ABBI.

A assinatura do MoU é mais um passo importante na colaboração estratégica entre o Brasil e os Países Baixos na área de bioinovação, fortalecendo o intercâmbio de conhecimento científico e tecnológico.



Participação em eventos

ABBI apresenta o mercado da Bioinovação no Brasil em seminários com participação de especialistas de todo o mundo



O diretor de Assuntos Regulatórios & Científicos ABBI, Marcos Pupin, representou a entidade no I Congresso Brasileiro de Biotecnologia Industrial, em agosto. Pupin organizou e coordenou a mesa-redonda intitulada "Desafios e Oportunidades da Biotecnologia Industrial no Desenvolvimento de Processos e Produtos Mais Sustentáveis", que discutiu os principais aspectos do setor no Brasil.

O congresso reuniu especialistas, acadêmicos e profissionais da indústria para discutir temas relevantes para o desenvolvimento da biotecnologia no país. Durante a mesa-redonda, Pupin conduziu debates sobre os desafios enfrentados pela indústria, incluindo questões regulatórias, a necessidade de inovações tecnológicas e a integração de práticas sustentáveis. As discussões também exploraram as oportunidades para o desenvolvimento de produtos mais eficientes e de menor impacto ambiental.

Biocontrol & Biostimulants

A ABBI também esteve presente no Biocontrol & Biostimulants LATAM, realizado em Campinas em julho. O evento destacou o crescimento promissor do mercado de bioinsumos, que deve alcançar US\$ 45 bilhões até 2032. O Brasil se destaca como o segundo maior mercado do setor, com a maior taxa de crescimento, atraindo novos investimentos.

Organizado pela New AG International, editora especializada em tecnologias para o agronegócio, com apoio da CropLife Brasil (CLB), o evento contou com exposições de especialistas sobre a regulamentação de biocontrole e bioestimulantes na América Latina, incluindo requisitos para o registro de produtos biológicos no Brasil. Entre os temas discutidos, estavam biofertilizantes, bioinoculantes, agricultura regenerativa e inovações em biocontrole e bioestimulantes.

ABBI debate bioeconomia e biodiversidade



Festival no Sesi Lab reuniu especialistas para debater o panorama e as perspectivas da bioeconomia, e o aproveitamento sustentável da biodiversidade brasileira

A ABBI participou do Festival Bio, em Brasília, organizado pelo SESI LAB, que promoveu discussões sobre biodiversidade e bioeconomia. O evento reuniu especialistas, pesquisadores e empreendedores para debater as perspectivas e os desafios da bioeconomia, além de reforçar a importância da preservação da biodiversidade brasileira.

O presidente executivo da ABBI, Thiago Falda, integrou painel sobre os desafios da bioeconomia e destacou o papel fundamental da bioinovação no desenvolvimento econômico e sustentabilidade no Brasil. Ele também renovou o compromisso da ABBI de promover um modelo econômico sustentável que contribua para a preservação da biodiversidade e o equilíbrio climático.



Apoio à atuação das associadas

Reuniões e workshop tiveram como objetivo promover o intercâmbio entre empresas e entidades públicas para fomento de projetos de pesquisa e desenvolvimento



O Comitê de Fomento da Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI) organizou reunião com associados e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para tratar do fomento à produção de combustíveis sustentáveis para aviação e navegação. O encontro teve a presença do gerente do Departamento de Biocombustíveis do BNDES, Artur Yabe Milanez, e foi conduzido pelo gerente de Sustentabilidade, Descarbonização e Novas Tecnologias da ABBI, Tiago Giuliani.

Recentemente, o BNDES e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) publicaram chamada pública que visa fomentar Planos de Negócios que contemplam investimentos na produção e no desenvolvimento tecnológico de combustíveis sustentáveis estratégicos para aviação (Sustainable Aviation Fuel – SAF) ou para navegação. O objetivo é incentivar a cooperação empresarial e fortalecer os primeiros empreendimentos.

Plano Clima

A ABBI também promoveu workshop virtual sobre o Plano Nacional sobre Mudança do Clima (Plano Clima). O evento reuniu especialistas para debater os principais pontos do plano, que servirá como guia da política climática brasileira até 2035. Tiago Giuliani, Coordenador do Comitê de Descarbonização e Fomento da ABBI, iniciou o workshop com uma apresentação detalhada sobre os conceitos, o status atual e as perspectivas futuras do Plano Clima, destacando os principais desafios e oportunidades para as empresas associadas.

Gerd Angelkorte, Pesquisador Sênior da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), fez uma apresentação pormenorizada sobre o Brazilian Land-Use and Energy Systems (BLUES), um modelo de otimização que integra o grupo dos Modelos de Avaliação Integrada (IAMs, na sigla em inglês). O BLUES avalia a interação entre sistemas energéticos, uso da terra e políticas climáticas no Brasil, sendo fundamental para a criação de cenários que orientam o desenvolvimento do Plano Clima, com foco na avaliação de impactos ambientais e tecnológicos.

NA MÍDIA

(MATÉRIAS VALOR, O GLOBO)

ABBI leva a voz da bioinovação no Brasil aos principais jornais brasileiros

A ABBI conversou com os jornais Valor Econômico e O Globo sobre o plano Nova Indústria Brasil (NIB), criado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), que tem entidades como a própria ABBI como parceiras e está na reta final para a divulgação do detalhamento de atividades da "missão 5". Ela engloba ações relacionadas a bioeconomia, descarbonização, transição e segurança energética.

Na entrevista dada aos jornais, o presidente da ABBI, Thiago Falda, destaca que, para viabilizar as metas do NIB,

"será preciso criar um amplo ecossistema de inovação em biodiversidade, o que não temos, e promover a aplicação industrial destas inovações". Ele acrescenta que o programa tem o mérito de estabelecer o tema na sociedade. Há três anos, a bioeconomia nem mesmo era assunto de governo."

Entre as metas já previstas estão o aumento de 21% para 50% da participação dos biocombustíveis na matriz energética dos transportes e de ao menos 1% ao ano do uso tecnológico e sustentável da biodiversidade pela indústria.

O GLOBO
NIB AVANÇA, MAS AINDA EM PASSOS LENTOS

Valor
Especial Transição energética

Retomada "Missão 5" do Nova Indústria Brasil abrange medidas para bioeconomia e descarbonização

MDIC detalha ações do plano pró-indústria

27

ABBI E A BIOECONOMIA NO NOTICIÁRIO

Descarbonização e transição energética

A ABBI foi destaque na edição de 29/8 do Valor Econômico em reportagem que aborda os desafios e oportunidades na descarbonização e transição energética no Brasil. Thiago Falda, presidente-executivo da ABBI, destacou a urgência de agir de forma pragmática para que o país não perca sua vantagem competitiva.

“É uma corrida tecnológica. O Brasil possui diferenciais climáticos e de agricultura, reunindo matérias-primas como resíduos e biomassa. Porém, há outros países com mais facilidades para os negócios. Por isso, é necessário agir de forma pragmática para não perder a janela de oportunidades”, afirmou Falda.

Para ler a matéria completa, acesse:

<https://valor.globo.com/brasil/g20-no-brasil/noticia/2024/08/29/burocracia-nao-pode-ser-entrave-para-descarbonizacao-e-transicao-energetica-diz-abbi.ghtml>



Burocracia não pode ser entrave para descarbonização e transição energética, diz ABBI

Brasil precisa acelerar inovação e agir de forma pragmática para não perder oportunidades, afirma associação

Por Daniela Rocha — Para o Valor, de São Paulo
29/08/2024 01h07 / Atualizado há 1 hora

Um estudo da Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI) mostra que as novas tecnologias ligadas à bioeconomia — produção de biocombustíveis, bioquímicos, biopolímeros, bioinsumos e proteínas alternativas — terão potencial de injetar US\$ 592,6 bilhões ao ano no Brasil e de reduzir até 65% das emissões de gases de efeito estufa até 2050.

“É uma corrida tecnológica. O Brasil possui diferenciais climáticos e de agricultura, reunindo matérias-primas como resíduos e biomassa. Porém, há outros países com mais facilidades para os negócios. Por isso, é necessário agir de forma pragmática para não perder a janela de oportunidades”, diz Thiago Falda.

Potencial da bioeconomia

A ABBI foi destaque na edição de 6/8 do Valor Econômico, em uma matéria que explora o crescimento da bioeconomia como um motor para a preservação da biodiversidade brasileira e a inclusão social.

Thiago Falda, presidente da ABBI, destacou que a bioeconomia tem o potencial de adicionar US\$ 593 bilhões ao PIB brasileiro anualmente, além de aumentar em 18 vezes a produção de biocombustíveis. “O desafio é tornar as novas moléculas competitivas em relação às convencionais do petróleo”, ressaltou o executivo.

Para ler a matéria completa, acesse:

<https://valor.globo.com/inovacao/noticia/2024/08/06/a-ciencia-caminha-para-a-floresta.ghtml>



A ciência caminha para a floresta

Bioeconomia é compatível com a floresta em plena e com inclusão social, mas aumento de investimentos em pesquisa é chave para que inovações cheguem ao mercado

Por Sérgio Adami — MCTIC, Minas Gerais / Agência Fapesp

Expediente

Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI)

Thiago Falda - Presidente Executivo

Antonio Marcos Pupin - Diretor de Assuntos Regulatórios & Científicos

Daniela Triacca - Coordenadora de Relações Governamentais

Luiza Ribeiro - Assessora Jurídica

Milena Magalhães - Analista de Assuntos Regulatórios

Monique Santos - Auxiliar Administrativa

Sara Góis - Gerente de Operações

Taís Mendes - Gerente de Relações Governamentais e Comunicação

Tiago Quintela Giuliani - Especialista de Sustentabilidade e Descarbonização

LDI Comunicação

Edição: Ivan Iunes // **Textos:** Adriana Caitano, Ivan Iunes
e Renan Viegas // **Projeto gráfico:** Pedro Lino



ABBI
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE BIOINOVAÇÃO